

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Monografia de Conclusão de Curso

Uma abordagem mais recente do desenvolvimento regional  
de São Paulo inserido no espaço colonial (1530 – 1822)

CAMPINAS

2008

TCC/UNICAMP  
G947u  
1290003826/IG



DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS



Ana Paula Kacenenbogen Guimarães

Uma abordagem mais recente do desenvolvimento regional  
de São Paulo inserido no espaço colonial (1530 – 1822)

Monografia de conclusão de curso apresentada  
como exigência para obtenção de Bacharelado  
em Geografia ao Instituto de Geociências  
da Universidade Estadual de Campinas.

**Orientadora**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Silvia F. de Mendonça Figueirôa

CAMPINAS

2008





DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS



### Termo de aprovação

**Autora:** Ana Paula Kacenenbogen Guimarães

**Título:** Uma abordagem mais recente do desenvolvimento regional de São Paulo inserido no espaço colonial (1530 – 1822)

**Orientadora:** Silvia F. de Mendonça Figueirôa

---

Dr<sup>a</sup> Silvia F. de Mendonça Figueirôa

MONO 152

Céd. lit. 439024

del 200905364

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS	
N.º CHAMADA TCC/Unicamp	
6947-21	
V. _____	EX. 7
TOMBO BC/ 3826	
TOMBO IG/	
PROC. 16-148-2009	
C <input type="checkbox"/>	D <input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO R\$ 11,00	
DATA 09/03/2009	
N.º CPD _____	

### Agradecimentos

A monografia de conclusão de curso reflete minhas experiências, de um lado no ambiente universitário e de outro ao longo da vida.

Portanto, gostaria de agradecer especialmente à Silvia F. M. Figueróa pela orientação e pela boa influência. Aos professores e funcionários do Instituto de Geociências, que sempre foram muito prestativos e amigos.

À Linda El Dash que gentilmente traduziu o resumo do trabalho.

Aos meus amigos da faculdade, que me proporcionaram momentos descontraídos, quase sempre quando André e Gerônimo estavam por perto; momentos de introspecção, quando por exemplo, conversávamos, eu e Allan, sobre Guimarães Rosa; momentos agradáveis com Camila, Tati, Giulliano entre idas ao cinema e caminhadas no Taquaral; e momentos de discussão com Fernando, Murillo, Diego, Rodrigo, David e Ismael, claro que sempre regadas a cerveja, a bobagens e a reclamações.

Às amigas de infância, a Flá, Dani, Mabel, Laura, Piti e Paty. Sempre que nos encontramos, mesmo com baixa frequência, me proporcionam momentos divertidos e descontraídos.

À família de Mônica, Daniel, Caluã, Caiame, Iara, Ermelinda e Lourdes.

À minha família, Anita e Ronaldo, Renata e Junia, Zaira, Sacha, Brandy, Tonga e Noiti. Acredito que me passaram boas qualidades e as más – afinal todo mundo tem seus defeitos! – são sempre contornáveis.

E, por fim, agradeço ao Caluã, pelo apoio moral e diagramação do trabalho.

## **Resumo**

A problemática da pesquisa surgiu de um inquietação em relação à explicação, que até então conhecia, sobre a colônia luso-brasileira, segundo a qual a colônia era vista unicamente como um apêndice de Portugal e Europa, e, assim, desprovida de dinâmica econômica interna; uma explicação que não introduzia os residentes da colônia como agentes econômicos capazes de criar, de algum modo, uma dinâmica que escapasse à lógica colônia-metrópole, e, por isso talvez, não desenvolvia uma base teórica que explicasse as desigualdades regionais que temos hoje no território brasileiro. Desse modo, meu objetivo, inicialmente, foi tentar entender a colônia também a partir de seus elementos internos, fazendo uma revisão bibliográfica. Depois, seguindo a hipótese de que alguns elementos responsáveis pelo desenvolvimento econômico desigual de São Paulo em comparação com outras regiões podem ser herança da formação regional, econômica e social no período colonial, busquei traçar alguns desses elementos ao longo dos séculos coloniais. Por fim, veremos que a concretização de uma elite paulista enriquecida por meio de suas atividades, tanto servirá de contraponto às teses historiográficas tradicionais em relação a colônia, como de elemento responsável, possivelmente, pelo desenvolvimento econômico de São Paulo.

**Palavras-chave:** *Geografia Histórica – Colonização brasileira – Formação Regional de São Paulo*

## **Abstract**

This research arose from my dissatisfaction with the explanations which I had been given about the Portuguese colonization of Brazil in which the Brazilian colony was an extension of Portugal and Europe so that no independent internal economy developed. This explanation attributed no role to the colonial residents as economic agents capable of creating their own economic dynamics, and did not go beyond the logic of a colonial metropolis. This omission may have led to the lack of formulation of a theory considering regional inequalities such as we find today in Brazil. My initial objective was to try to understand the colony on the basis of internal elements, based on a review of the literature. Then, based on the hypothesis that some of the elements responsible for the economically more successful development of São Paulo in relation to other regions may have been the result of regional economic and social development during the colonial period, I attempted to trace some of these internal elements throughout the period of colonization. As we shall see, the development of an elite in São Paulo consisting of individuals who had obtained economic success from their activities may have been at least partially responsible for the economic development of the Region, a counterargument to traditional historiographic hypotheses about the colony.

**Key-words:** *Historical geography – Colonization of Brazil – Historical development the regional of São Paulo*

## Lista de Tabelas e Imagens

Figura 1	Debret, Jean-Baptiste, Lapa, 1827	11
Tabela 1	Distribuição da população brasileira por condição civil, segundo a estimativa demográfica de 1819	16
Tabela 2	Engenhos e produção de alimentos por escravos no agrofluminense em 1778	17
Tabela 3	Classificação profissional dos chefes de fogos. São Paulo (1798, 1808, 1818, 1828)	20
Tabela 4	Distribuição (%) dos proprietários de escravos e de escravos por faixa de tamanho de plantéis, na agricultura não-açucareira das vilas de Campinas, Guaratinguetá, Itu e São Sebastião (1804)	20
Tabela 5	Distribuição (%) de escravos por fogos na Capitania de São Paulo em 1798	21
Tabela 6	Valor das entradas de charque, farinha, trigo e aguardente em frente das de açúcar branco e mascavo (1799 – 1822)	25
Tabela 7	Totais absolutos e relativos do tráfico para várias regiões (1822 – 1833)	26
Figura 2	Debret, Jean-Baptiste, Limite da Província de São Paulo e Curitiba, sem data	27

## Sumário

	Introdução	9
	Parte I: A colônia brasileira	11
Capítulo 1	Uma abordagem tradicional	12
Capítulo 2	Uma nova abordagem	15
2.1	Economia Agrícola	15
2.2	Produções Agrícolas nas regiões Sul-Sudeste	15
2.2.1	Produção na capitania do Rio de Janeiro	16
2.2.2	Produção na capitania de Minas Gerais	18
2.2.3	Produção na capitania de São Paulo	19
2.2.4	Produção na região Sul	21
2.3	A Circulação	22
2.3.1	A Estrutura do Comércio Colonial	23
2.4	Acumulação Interna na Colônia	24
	Parte II: O Caso da Capitania de São Paulo	27
Capítulo 3	Os primórdios da ocupação da Capitania de São Vicente	28
Capítulo 4	A economia paulista	31
4.1	Economia Paulista no século XVI – XVII	32
4.1.1	O Comércio Paulista	34
4.2	A Economia Paulista no Século XVIII – XIX	36
	Considerações Finais	41
	Bibliografia	43

## Introdução

Diante das inúmeras teses historiográficas que tratam a colônia portuguesa como extensão dos países europeus, conformando-a como dependente desses países devido ao desenvolvimento de um aparato produtivo voltado à exportação de produtos tropicais, é questionado nesta monografia se, particularmente no caso de São Paulo, um região não diretamente envolvida nessa lógica exportadora, não houve uma acumulação interna de riquezas que escapasse à direta exploração da metrópole portuguesa em sua colônia.

À primeira impressão a pesquisa pode parecer um estudo exclusivamente histórico, que busca as razões históricas para uma suposta acumulação, proveniente de um suposto comércio interno que incluísse a região que hoje é o estado São Paulo. No entanto, por ser uma pesquisa primordialmente geográfica, referente à monografia do curso de Geografia, venho justificar e lançar as bases teóricas que me permitiram fazer a opção de um estudo que levasse em conta o componente temporal.

A valorização do espaço é um conceito geográfico muito discutido no livro *Geografia Crítica: a valorização do espaço* de Antônio Robert de Moraes e Wanderlei Messias da Costa. Segundo os autores, as sociedades ao se reproduzirem socialmente estabelecem relações vitais com o espaço por meio do trabalho. A valorização do espaço decorre da “apropriação dos recursos próprios do espaço, a construção de formas humanizadas sobre o espaço, a perenização (conservação) desses constructos [e] as modificações, quer no substrato natural, quer nas obras humanas” (MORAES e COSTA, 1993, p.123). No “desenvolvimento histórico ocorre uma progressiva e desigual acumulação de trabalho na superfície da terra” (p. 124), complexizando o espaço.

O espaço construído atual é resultado da sucessão da incorporação de trabalhos fixados em cada período histórico, seguindo a lógica econômica e social de cada um desses períodos. Antes da colonização pode-se considerar a existência do espaço natural, pois as atividades indígenas comparadas às atividades econômicas resultam numa transformação espacial ínfima em comparação à transformação espacial gerada pela introdução da lógica capitalista mercantil, e o início da incorporação de trabalho em determinadas partes do território colonial.

Os lugares, que a princípio se diferenciavam pela suas diversidades naturais, na colônia passam a ser definidos pelos diferentes arranjos de construções e formas fixadas no solo, ou seja, pelas diferentes paisagens, as quais, por sua vez, são resultados da lógica econômica e social que as criou.

A geografia, além de captar o movimento interno da produção do espaço, entendendo a lógica presente nos arranjos, busca a compreensão as interações sociais que originaram em cada momento histórico o arranjo físico cristalizado no espaço (MORAES, 1991, p.7). Assim, vê-se a importância da retomada da análise conjuntural de cada momento da formação do espaço para o entendimento do território como o temos hoje, “por isso, a valorização do espaço deve ser apreendida enquanto um processo historicamente identificado de formação do território” (MORAES, 1991, p. 8).

Em outro ângulo, pode-se abordar a importância da produção do espaço como mediadora das relações atuais. Milton Santos (2002) consegue unir a ideia da produção e valorização do espaço no decorrer da história à ideia do espaço como atuante nos processos sociais, políticos e econômicos atuais a partir do conceito de inércia dinâmica. O espaço, segundo ele, é o resultado

da interação de múltiplas variáveis através da história e também condição para os processos atuais. A idéia da inércia faz referência ao processo histórico, pois nesse processo serão incorporados os objetos que permanecem, e dinâmica pois essa organização do espaço, resultado do arranjo dos objetos incorporados no espaço e resignificados a cada mudança conjuntural, atua nas relações atuais presentes no espaço.

Para tornar mais claro esse conceito, Santos (2002, p. 185) busca exemplificar o conceito de inércia dinâmica, manifestando-se “pela atração que as grandes cidades têm sobre mão-de-obra potencial, pela atração do capital, pela superabundância de serviços, de infra-estruturas, cuja repartição desigual funciona como um elemento mantenedor das tendências herdadas”.

Assim, a organização espacial do estado de São Paulo pode ser entendida como herança dos resultados das produções espaciais ocorridas nos diferentes períodos históricos. É fundamental para compreender a organização atual do espaço da região mais desenvolvida economicamente do país com os seus arranjos de objetos e seus conteúdos e até mesmo para buscar uma resposta a ao fato de São Paulo ser a região mais dinâmica economicamente, o estudo da produção desse espaço em suas diversas lógicas econômicas e sociais existentes ao longo do história.

Pretende-se verificar, então, se e como determinadas características atuais do Estado de São Paulo –por exemplo, o fato de ser o estado com maior desenvolvimento econômico–, podem ser explicadas, em parte, a partir do análise da produção espacial ocorrida no período colonial nessa região.

A hipótese do desenvolvimento de um mercado interno que tenha ocasionado a acumulação interna nessa região e, conseqüentemente, tenha gerado uma valorização do espaço, que comparada com outras regiões foi mais intensa, poderia explicar, pelo menos em parte, a atual desigualdade regional, na qual São Paulo se destaca pelo maior desenvolvimento econômico.

PARTE I A COLÔNIA PORTUGUESA



## Capítulo 1 · Uma abordagem tradicional

Para diversos e consagrados autores, a formação territorial do Brasil, quando ainda colônia de Portugal, foi se constituindo pelas imperativas ordens da metrópole. A estruturação da colônia analisada pela historiografia específica realça esse caráter dependente da economia colonial em relação a sua metrópole, ou em relação aos países europeus hegemônicos na época.

Em linhas gerais, essa estrita dependência dos países hegemônicos decorria da função da colônia como produtora de gêneros tropicais para fornecê-los ao mercado europeu. O espaço colonial se estruturaria no sentido de possibilitar a exploração da agroexportação, assentando-se em unidades produtivas latifundiárias, monocultoras e com utilização de mão-de-obra escrava. Seria a partir dessa estrutura desenvolvida imperativamente na colônia que se faria a extração de qualquer excedente para a Europa, por meio da atividade mercantil realizada pelos negociantes portugueses, tanto no comércio de escravos quanto no comércio dos gêneros tropicais. Dentre outros autores que formularam e sustentaram esse modelo explicativo da economia colonial estão Caio Prado Junior, Celso Furtado e Fernando Novais, guardadas as devidas diferenças entre eles. Segundo estes autores, seria inviável a acumulação endógena na colônia, pois os excedentes aí gerados, por meio da produção agroexportadora, eram direcionados pelos negociantes portugueses à metrópole.

De todos os modelos explicativos, o de Caio Prado Junior foi o de maior influência para a historiografia brasileira. Prado Junior busca uma orientação no processo de formação social e econômica da colônia chamando-a de “sentido da colonização”. Segundo ele, o sentido impresso na colônia, o da criação de áreas produtoras de gêneros tropicais voltados diretamente ao mercado europeu, foi um desdobramento previsível num período em que as descobertas das terras americanas foram resultado da expansão comercial da Europa no século xv. Os excedentes gerados por essa estrutura agroexportadora fundada na grande propriedade monocultora e trabalho escravo eram transferidos pelos comerciantes portugueses para Portugal. A partir da constatação da não permanência dos excedentes na colônia e da estrutura social constituída primordialmente no reduzido número de senhores de terra, que se abasteciam de produtos importados, e na grande massa de escravos, desprovidos dos meios de consumo, o autor conclui pela falta de estrutura da colônia para gerar circuitos internos de acumulação. O “sentido da colonização” teria sido marcado, então, pela exterioridade dos fatores que conduziam à formação social e econômica da colônia, resultando numa estrutura com baixa dinâmica interna, e dependente do mercado internacional.

Outro autor que continuou essa linha de interpretação da formação colonial foi Celso Furtado. O desenvolvimento da interpretação feita por ele foi baseado na análise empírica sobre a economia açucareira do período. Furtado estimava que a empresa açucareira tinha capacidade de auto-financiar a duplicação do seu aparato produtivo a cada dois anos, o que no entanto não ocorria. Os esperados recursos excedentes do setor produtivo açucareiro eram desviados pelos comerciantes para o setor comercial, destacando a presença do capital mercantil apropriando-se de parte do sobre-trabalho da atividade agrícola referida.

Furtado, constatando que não havia um grupo social de expressão na colônia além dos senhores de terra, concluiu que a renda que supostamente era para permanecer no setor produtivo era apropriada por grupos de comerciantes não-residentes na Colônia, e essa transferência

de renda de um setor ao outro era decorrência da coordenação existente entre a produção e a comercialização.

Mesmo havendo essa transferência da renda do setor produtivo instalado na colônia para o setor comercial instalado em Portugal, ou seja, mesmo havendo a transferência de renda da colônia para Portugal, Furtado destaca a possibilidade de um desenvolvimento de um mercado interno colonial. Tal possibilidade resultaria das flutuações da economia colonial, que funcionando como apêndice de sistemas econômicos maiores e desprovida de ritmos de acumulação próprios, eram determinadas pelas flutuações do mercado internacional. Quando havia alta dos preços externos, expandia-se a economia colonial.

Em períodos de alta dos preços o setor agroexportador utiliza sua capacidade produtiva ao máximo, aumentando seu coeficiente de importação e surgindo a possibilidade do desenvolvimento de produções mercantis voltadas para o abastecimento do setor agroexportador. No entanto, Furtado ressalta dois fatores que atrapalham esse florescimento comercial: o primeiro diz respeito às vantagens, dadas aos exportadores, de fretes baixos propiciados pela vinda dos barcos para buscar o açúcar; o segundo diz respeito ao desinteresse político no surgimento de atividades comerciais internas à colônia que viessem concorrer com as atividades metropolitanas.

Portanto, segundo Furtado, apesar da empresa açucareira ser especializada, ela não teria estimulado a geração de um mercado interno significativo. Ele, no entanto, destaca a exceção da pecuária, que abastecia o mercado interno, principalmente as áreas voltadas para a agroexportação, e as características peculiares dos setores ligados ao abastecimento interno, que eram de natureza não-escravista e não-mercantil, pois tinham em geral caráter de auto-subsistência.

Outro autor que também apresenta a abordagem exposta acima, ou seja, a da estrita dependência da colônia aos países hegemônicos e da falta de movimentos internos próprios é Fernando Novais. Esse autor apresenta uma tese interessante sobre a importância que teve a colônia portuguesa, especificamente a importância da renda produzida na colônia e apropriada pelos comerciantes portugueses. Segundo Novais a produção colonial promoveu a acumulação primitiva na economia europeia, viabilizando a Revolução Industrial, e assim a passagem do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial.

Novais explica o funcionamento da colônia a partir da lógica e do que representou o “Antigo Sistema Colonial”, um período sem o qual não se desenvolveriam as condições necessárias para a eclosão do capitalismo industrial, ou seja, foi um período de acumulação de riquezas que proporcionaram as condições para a Revolução Industrial. O Pacto Colonial, exclusivismo do comércio das colônias para as respectivas metrópoles e marca do Sistema Colonial, foi o mecanismo de transferência do excedente da colônia para as metrópoles europeias e viabilizador da passagem do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial.

A tese central do livro *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808)* de Fernando Novais é a exposta acima; no entanto, há pontos interessantes que não seria possível comentar de modo extenso, pois fugiríamos do tema central. Por exemplo, o fato de Portugal, apesar de se favorecer em primeiro momento com o estabelecimento dos inúmeros tratados comerciais no Oriente, onde foi o primeiro país europeu a estabelecer rotas de comércio, e depois com o exclusivismo comercial com suas colônias no Ocidente, não conseguiu concretizar as condições necessárias para o capitalismo industrial, tornando-se dependente da Inglaterra. Novais explica

essa suposta contradição à sua tese principal retomando a história e as condições da formação precoce do Estado Português, e a constatação da permanência da classe fundiária na política portuguesa, responsável por manter o país politicamente atrasado em relação aos outros países europeus.

O importante é ressaltar que Novais mantém na sua teoria a colônia como fornecedora de excedentes a Portugal, desprovida de movimentos de acumulação interna e dependente dos países hegemônicos.

Por fim, é importante destacar que não se faz uma crítica que menospreze esses autores, pois entende-se que suas teorias, por fazerem parte da primeira leva de estudos consistentes sobre a história do Brasil, consideram movimentos de formação colonial mais gerais e predominantes, e neste aspecto está-se de acordo com suas teses. O entendimento da história da formação colonial por meio de suas perspectivas possibilitou a estudiosos de gerações mais recentes aprofundarem num estudo mais empírico e minucioso dos lugares e regiões, como fez, por exemplo, João Luís Fragoso no estudo sobre a acumulação interna no Rio de Janeiro.

## Capítulo 2 · Uma nova abordagem

Nesse capítulo, tentaremos compreender a colônia sob um ponto de vista que não seja o empregado exaustivamente pela historiografia tradicional. Para isso, utilizou-se como referência a tese de João Luís Fragoso. Sua tese tem objetivo de reestruturar a concepção que se tem da colônia luso-brasileira como dependente de economias exteriores a ela, e desprovida de fluxos econômicos internos. De modo geral, os pesquisadores mais recentes já expõem contextos da formação colonial mais complexos, que não podem ser explicados pelos elementos norteadores defendidos pelos autores considerados tradicionais.

Pelo fato de tratarmos, nessa parte do trabalho, das produções agrícolas e de sua comercialização, vimos a necessidade de uma explicação teórica, para que, ao nos “enfurnarmos” num estudo empírico, não perdêssemos de vista uma teoria que desse consistência ao exposto, ou melhor, uma esfera que conseguisse enxergar o conteúdo de forma sistematizada. Para esse objetivo, utilizamos o trabalho de Ciro Flamarion S. Cardoso<sup>1</sup>, e faremos uma breve exposição antes de entrarmos no estudo das produções agrícolas regionais e suas comercializações.

### 2.1 ECONOMIA AGRÍCOLA

Cardoso indica uma estrutura de análise para a economia agrícola, concentrada em três esferas principais: a produção, a repartição ou distribuição da riqueza social agrícola, e a circulação. A primeira deve ter em vista a produção total, produção líquida, ou capacidade produtiva; a segunda deve ter em vista a renda auferida pelos distintos grupos sociais envolvidos da produção agrícola, o que vai depender das relações de produção e da estrutura de classes rurais do sistema estudado; e a terceira esfera tem em vista as trocas ou comércio das produções.

As relações que se estabelecem entre esses fatores constituem um bom método para o entendimento do sistema econômico-social estudado. No entanto, deve-se ressaltar que, devido ao fato do autor defender a posição marxista da necessidade de se criar teorias econômicas para cada sistema econômico-social, e ao fato da teoria acima ser elaborada no capitalismo de nossos dias, a apreensão das sociedades pré-capitalistas nas versões da economia contemporânea as distorcem de certo modo, segundo Cardoso.

A posição do autor é clara quanto ao sistema econômico-social da colônia, que o considera como pré-capitalista devido ao modo de produção assentado em formas de trabalho não assalariado. Sua posição mais ortodoxa, logicamente, choca-se com a de outros pensadores, por exemplo, com a de Wallerstein, o qual baseia-se na geração de renda da circulação de mercadorias para afirmar a presença do capitalismo.

### 2.2 PRODUÇÕES AGRÍCOLAS NAS REGIÕES SUL-SUDESTE

Segundo Fragoso, para além da *plantation* existiam outras estruturas de produção, outras relações sociais que não aquelas senhor-escravo, e outras circulações econômicas que não

---

<sup>1</sup> Cardoso, C.F.S., *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*, 1982.

aquela colônia-metrópole. Com base nos dados populacionais para 1819 (tabela 1)<sup>2</sup>, por exemplo, percebe-se que a sociedade colonial está distante de se resumir à dicotomia “grandes senhores” e “escravos”, sendo que os últimos perfaziam, na região Sul-Sudeste-Centro-Oeste, 28,6% da população total.

**Tabela 1** - Distribuição da população brasileira por condição civil, segundo a estimativa demográfica de 1819

Região	Escravos		Livres		Total
	Quantidade	% do Total	Quantidade	% do Total	
Sul-Sudeste-Centro-Oeste	501.138	28,6%	1.248.632	71,4%	1.749.770
Norte-Nordeste	606.251	32,8%	1.240.111	67,2%	1.846.362
<b>Total</b>	<b>1.107.389</b>	<b>30,8%</b>	<b>2.488.743</b>	<b>69,2%</b>	<b>3.596.132</b>

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Estatísticas Históricas do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1986, p. 30, apud Fragozo, 1998, p. 120.

### 2.2.1 PRODUÇÃO NA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO

Com base nos dados de um relatório da época, a capitania do Rio de Janeiro apresentava áreas de especialização da produção de aguardente, por exemplo em Parati e Angra dos Reis, e mantimentos como arroz, farinha, milho e feijão, por exemplo em Inhomirim.

Pela tabela 2, podemos perceber que em regiões nas quais não havia produções agro-exportadoras, como o caso de Inhomirim, apresentando apenas seis engenhos e predominando a produção de mantimentos, havia presença de muitos escravos. Comparando a quantidade de escravos em Inhomirim, que chegava a 2.760, com Campos, região nitidamente produtora de gêneros para exportação, que apresentava 168 engenhos e 5.066 escravos, a pequena diferença não indica que, de uma lado, tínhamos a produção agroexportadora empregando mão de obra escrava e, de outro, tínhamos a produção voltada ao abastecimento interno com trabalho familiar apenas. Segundo Fragozo, a concentração de escravos nas áreas especializadas na produção de gêneros voltados para o abastecimento da colônia era por volta de 40% da população, enquanto que nas áreas de agroexportação a população escrava não era tão mais alta, chegando a 59% em Campos.

Nota-se então a presença de escravos tanto nas propriedades produtivas agroexportadoras como nas propriedade produtivas voltadas ao abastecimento interno. A diferença destacada por Fragozo, no entanto, mostra-nos que nas primeiras o recurso ao escravo é maior, os plantéis são de 20 ou mais escravos, e na segunda os plantéis em média são de 1 a 5 escravos. Pode-se dizer que nas propriedades assentadas na produção voltada ao abastecimento interno incrementava-se o trabalho familiar com o auxílio da mão-de-obra escrava.

Esse tipo de produção, portanto, gerava uma certa acumulação de renda que possibilitava ao proprietário comprar mais escravos e ter interesse em reinvestir na sua produção. Com base em inventários post-mortem, constata-se a existência de propriedades voltadas ao mercado interno com mais de 20 escravos, reafirmando a noção de haver possibilidade de acumulação de riquezas nas produções que visavam o mercado interno.

<sup>2</sup> Fragozo, Luís João, *Homens de grossa aventura*, p. 120

Tabela 2 - Engenhos e produção de alimentos por escravos no agroluminense em 1778

Regiões	Engenhos	Engenhocas	Açúcar (caixas)	Aguardente	(B) · Nº de escravos	(A) · Arroz, farinha, milho e feijão (alqueires)	A/B
Cabo Frio	8	10	117	52	526	48.000	91,3
Inhomirim	6	-	53	48	2.760	43.560	203,6
Irajá	27	2	537	329	983	35.940	36,6
Guaratiba	34	4	722	419	1.611	72.365	44,9
Campos	168	9	1.761	141,5	5.066	46.067	9,1
Angra dos Reis	10	82	212	1.030	3.865	31.098	10,9
Parati	5	67	73	1.554	1.727	18.995	11,0

Fonte: Relatório do Marquês do Lavradio, em Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomos 4 e 76, 1842 e 1913, apud Fragoso, 1998, p. 101.

### 2.2.2 PRODUÇÃO NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS

Segundo Fragoso, a economia de Minas Gerais não sofreu um retraimento ao se esgotar a atividade mineradora em seu território no fim do século XVIII, como poderiam supor adeptos da idéia da colônia ser essencialmente agroexportadora e, portanto, desprovida de dinâmica interna.

As produções em Minas Gerais, em sua maior parte, voltavam-se para o mercado interno, mesmo no início do século XVIII, quando a atividade mineradora estava em vigor e se configurava como atividade principal dessa capitania. Segundo Fragoso, após a decadência da atividade mineradora, a demanda pela produção de gêneros voltados ao mercado interno transferiu-se das áreas mineradoras para a cidade do Rio de Janeiro e para a região da agroexportação fluminense.

Uma indicação da inexistência de impacto na economia de Minas Gerais com o esgotamento da mineração, e até mesmo um indicativo de desenvolvimento econômico, foi o crescimento populacional registrado entre 1776 e 1821, da ordem de 60,8%.

Pode-se entender, a partir daí, que mesmo quando o eixo dinâmico da economia mineira era a atividade mineradora havia a produção voltada ao mercado interno, que abastecia a população ligada ao setor exportador. Com a decadência da mineração, a produção para o mercado interno se manteve, remetendo-nos à noção de que a atividade econômica mais estável foi aquela voltada às necessidades do mercado interno.

Com isso, poderíamos fazer um contraponto à idéia da dependência das regiões coloniais aos capitais externos, pois, agora empiricamente, vimos que a decadência de uma atividade ligada diretamente aos capitais externos não levou à estagnação econômica da região, cujo desenvolvimento focou então na atividade voltada ao mercado interno, ou seja, ligada à circulação do capital interno.

Após a decadência da atividade mineradora as produções de Minas Gerais eram exportadas, como já foi dito, principalmente para a cidade do Rio de Janeiro e para as *plantations* fluminenses. Segundo Eschewege (apud FRAGOSO, 1999), 70% das exportações de Minas Gerais se dirigiam para o Rio de Janeiro.

Por meio do Relatório do Presidente da Província pode se ter uma idéia da composição das exportações de Minas Gerais em 1842 – 1843: 61,6% do valor das exportações era constituída por bovinos, porcos e derivados; 7,6% era constituída por panos de algodão; 29,8% era constituída por produtos para exportação, o café, o fumo e o tabaco. A partir de outra fonte, como os inquéritos da província, tem-se que em 20 municípios foram levantadas 9.402 fazendas, das quais 22,5% eram de pecuária; 20,7% simultaneamente de criação e agricultura; e 46,8% de agricultura, que se concentrava na produção de milho, feijão, arroz e mandioca.

Outra característica da província de Minas Gerais, que pode ser percebida em outras regiões onde havia produções de gêneros voltados ao mercado interno, é a presença de escravos. A capitania de Minas Gerais na primeira metade do século XIX, com base na estimativa populacional de 1817, concentrava maior número de escravos em relação às outras regiões da colônia, sendo que 15,2% da escravaria da colônia residia ali. Dos 632 mil habitantes dessa capitania, 168.500 eram escravos, conforme a mesma estimativa populacional.

A partir de pesquisas historiográficas citadas por Fragoso, como a de Roberto Borges Martins e a de Guimarães e Reis, e também de relatórios da época, como o Relatório da Província

de Minas Gerais (1844), pode-se constatar que a capitania de Minas Gerais apresentava unidades e complexos agropecuários voltados ao abastecimento interno e que eram estáveis, independente do mercado externo, e que a maior parte dos escravos desenvolvia suas atividades nesse setor econômico.

Tal constatação se configura num outro contraponto às teorias tradicionais, pois se as riquezas eram geradas apenas nas *plantations*, como poderia haver escravos nas fazendas de gêneros alimentícios?

### 2.2.3 PRODUÇÃO NA CAPITANIA DE SÃO PAULO

A economia de São Paulo não acompanhou a decadência da mineração em Minas Gerais, conseqüência esperada considerando-se que a produção paulista abastecia o mercado consumidor ligado àquela atividade. Assim como não ocorreu com a produção de alimentos de Minas Gerais, não ocorreu na capitania de São Paulo. A manutenção do ritmo de crescimento econômico foi acompanhada, na virada do século XVIII para o XIX, pelo crescimento populacional, que entre 1765 a 1808 cresceu 150%, segundo Marclio (apud FRAGOSO, 1998).

O crescimento econômico e o crescimento populacional podem ser relacionados, por um lado, à introdução e expansão da agroexportação em São Paulo, e por outro, à produção ligada ao mercado interno, estimulada pelo mercado consumidor surgido pela expansão das *plantations* no território paulista e pela manutenção da demanda em outras localidades da colônia, principalmente do Rio de Janeiro.

Segundo Elizabeth Kuznesof (KUZNESOF, 1986, apud FRAGOSO, 1998), ao longo desse processo houve uma transição no território paulista de produções de subsistência para produções de alimentos que incrementariam o comércio colonial. A autora demonstra que em 1765 a maioria de seus domicílios rurais tinham produções de subsistência, e em 1802 apenas 38,8% dos domicílios apresentavam apenas lavouras de subsistência, sendo que 29,8% das propriedades produziam para o mercado interno.

Apesar das produções escravistas agroexportadoras terem um grande peso na economia paulista, já que 90% do valor das vendas de São Paulo decorriam das produções de açúcar, não se pode ignorar a importância das produções ligadas ao mercado interno, pois 60% do total de chefes de família de São Paulo eram lavradores-criadores, ao lado dos 2,5% de senhores de engenho ou de engenhoca (tabela 3)<sup>3</sup>.

A força da atividade agrícola voltada ao mercado interno pode ser constatada pela presença de cativos em tais produções, tendência que já se constatou em outras regiões, como Minas Gerais e Rio de Janeiro. Assim, adiante apresentam-se duas tabelas ilustrativas, uma da distribuição de cativos entre aqueles que eram seus proprietários, e outra da distribuição de cativos pelos domicílios paulistas (tabelas 4 e 5)<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Fragoso, Luís João, *Homens de grossa aventura*, p. 137.

<sup>4</sup> Fragoso, Luís João, *Homens de grossa aventura*, p. 140.

Tabela 3 - Classificação profissional dos chefes de fogos. São Paulo (1798, 1808, 1818, 1828)

Atividades econômicas	1798		1808		1818		1828	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Senhor de engenho	405	1,7	431	1,6	561	1,7	577	1,4
Senhor de engenhoca	153	0,7	160	0,5	184	0,55	234	0,6
Pecuarista	89	0,4	100	0,36	214	0,6	126	0,3
Pecuarista-lavrador	1.700	7,5	1.534	5,6	2.559	7,7	2.156	5,2
Lavrador	12.466	54,8	15.543	56,2	18.214	54,8	21.992	53,4
Jornal de lavoura	288	1,3	56	0,2	—	—	—	—
Total do setor primário	15.685	68,9	18.280	66,2	22.145	66,7	25.573	62,2
Setor secundário	2.210	9,7	2.913	10,5	3.537	10,7	4.137	
Setor terciário	2.870	12,6	2.384	8,6	3.198	9,6	5.565	
Outros	1.744	7,7	3.624	13,1	3.992	12,0	5.424	
Indeterminados	242	0,1	432	1,6	321	1,0	440	
<b>Total do ano</b>	<b>22.751</b>	<b>99,9</b>	<b>27.633</b>	<b>100,0</b>	<b>33.196</b>	<b>100,0</b>	<b>41.139</b>	

Fonte: Maria Luiza Marcílio, *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700 - 1836)*. São Paulo, 1974. (Tese de livre-docência, FFLCH-USP). Mimeo, apud Fragoso, 1998, p. 137.

Tabela 4 - Distribuição (%) dos proprietários de escravos e de escravos por faixa de tamanho de plantéis, na agricultura não-açucareira das vilas de Campinas, Guaratinguetá, Itu e São Sebastião (1804)

Número de escravos	Proprietários de escravos (%)	Escravos (%)
1	23,81	4,73
2	17,40	6,90
3	13,01	7,74
4	8,95	7,10
5	8,62	8,55
1 - 5	71,79	35,02
+ de 5 escravos	28,21	64,98
	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Francisco Vidal Luma & Iraci del Nero da Costa, "Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX". In: *Estudos econômicos*, 13(1) p. 211 - 221, São Paulo, 1983, apud Fragoso, 1998, p. 140.

**Tabela 5 - Distribuição (%) de escravos por fogos na Capitania de São Paulo em 1798**

Número de escravos	Fogos (%)
0	72,75
1	6,25
2	4,25
3	2,94
4	2,31
1 a 4	15,73
5 a 9	6,42
10 a 19	3,54
20 a 39	1,21
40 a 59	0,19
60 a 79	0,12
80 a 99	0,01
100 ou mais	0,03
	<b>100,0</b>

Fonte: Elizabeth Dorwiche Rabello, *As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVII* (Tese de doutorado). USP, 1973, p. 62, apud Fragoso, 1998, p. 140.

Analisando-as percebemos que apesar de 72,75% dos domicílios paulistas não empregarem cativos, utilizando portanto apenas o trabalho familiar, 15,73% tinham de 1 a 4 escravos. Primeiramente, podemos dizer que 15,73% dos domicílios não eram de modo algum de subsistência e também não eram agroexportadores, ou seja, eram domicílios cuja produção destinava-se ao abastecimento interno. Segundo Fragoso, em 72,75% dos domicílios havia o predomínio do trabalho familiar, e apesar da maioria da produção ser de subsistência, havia graus de vinculação com o mercado interno.

Por outro lado, na segunda tabela, percebe-se que a maioria dos proprietários de escravos eram os que detinham até 5 escravos, sendo eles 71,79% do total. Não resta dúvida de que esses proprietários não estavam ligados nem à atividade agroexportadora, pois no caso seria inviável a produção em larga escala típica de uma *plantation*, e nem à produção de subsistência, pois a posse de escravos indica a capacidade acumulativa da produção. Segundo Fragoso, essa classe de domicílios produtivos era assentada em unidades onde prevalecia o trabalho familiar e o cativo o complementava.

Portanto, na capitania de São Paulo como na de Minas Gerais, vê-se a presença do cativo fora das propriedades voltadas ao mercado externo, integrando as unidades camponesas de produção voltada ao mercado interno e indicando a capacidade acumulativa do setor.

#### 2.2.4 PRODUÇÃO NA REGIÃO SUL

A região Sul, principalmente o Rio Grande do Sul, desde o século XVIII se configurou numa região de criação de gado para abastecer as regiões mineradoras. No fim do século XVIII a pecuária se juntou à produção do charque, aumentando a integração do Sul ao comércio da colônia. A estagnação da produção do charque no Ceará devido às secas, e a manutenção da demanda pelo charque devida ao fato de ser a base alimentar dos escravos, resultaram no florescimento da

charqueada nas terras gaúchas, tornando-se o produto cujo valor das vendas chegou, entre 1813 e 1822, a 55% das exportações gaúchas.

A estrutura fundiária gaúcha foi se constituindo no século XVIII, principalmente após 1730, quando a Coroa doava extensos lotes de terra a tropeiros e militares como medida de segurança contra a expansão do limite espanhol na região platina. Assim, a característica marcante da estrutura fundiária riograndense –isto é, a concentração de terras por meio das estâncias–, foi decorrência do interesse econômico na criação extensiva do gado e do interesse político-militar da Coroa.

As relações de produção presentes nessas unidades produtivas se configuravam como não-capitalistas, pois apesar do trabalho do peão/gaúcho ser livre, em geral sua remuneração se traduzia na moradia, na alimentação e num lote de terra fornecido pelo proprietário. Com o crescimento da charqueada no fim do século XVIII aumentou a população escrava no Rio Grande do Sul, sendo esta a mão-de-obra principal dessa indústria. Em 1819, por volta de 30% da população da capitania constituía-se de cativos, conforme dado da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Em Santa Catarina também se mantinha a produção de alimentos, mais especializada na produção da farinha da mandioca, podendo haver o emprego da mão-de-obra escrava ou não.

### 2.3 A CIRCULAÇÃO

Seguindo a sugestão da proposta teórica de Cardoso, devemos acrescentar o estudo da circulação das produções no território colonial, destacadamente na região sul-sudeste, área de que nos ocupamos em relação às produções, posto que a dinâmica econômica de São Paulo, no período que aqui enfocamos, prende-se a esta órbita.

Num panorama geral, podemos falar de um mercado interno restrito e frágil no interior da colônia luso-brasileira, decorrência da baixa demanda de alimentos pela sociedade, que era composta em grande parte por escravos e camponeses. Fragoso explica que, pelo fato do escravo não ser proprietário de sua força de trabalho, sua alimentação –em termos quantitativos e qualitativos– não variava. O dono da força de trabalho do escravo é seu dono, o qual o alimenta independentemente do resultado de seu trabalho. Assim, numa sociedade escravocrata, a demanda por alimentos tende a ser constante e baixa.

A demanda era baixa, pois havia o autoconsumo familiar nas propriedades agrícolas. Tanto a alimentação dos escravos era suprida, em parte, pelas lavouras mantidas pelos escravos nas próprias fazendas, como, em propriedades rurais pequenas –com recurso ou não de mão-de-obra escrava–, havia o consumo de parte da produção. Assim, a demanda restrita era resultado, de um lado, pelo fato dos escravos não serem donos de sua força de trabalho e, por outro, nos demais modos de produção, os trabalhadores serem associados aos seus meios de produção. Podemos dizer que esses aspectos do mercado estão dentro dos limites de um modo de produção pré-capitalista.

A demanda surgia em locais nos quais a produção ou as atividades se apresentavam especializadas, como é o caso das regiões agroexportadoras e das áreas urbanas. No primeiro caso, a demanda decorria da alta especialização da produção e do grande número de mão-de-obra empregada. No segundo caso também há a especialização das atividades, por exemplo, no Rio

de Janeiro a especialização decorria das atividades portuárias e das funções administrativas, principalmente após 1808. As demandas nas regiões produtoras de alimentos, segundo Fragoso, eram pequenas, já que em tais núcleos produtivos não havia especialização.

Uma decorrência do caráter não capitalista da Colônia foi a reduzida capacidade de liquidez do mercado colonial, que implicava uma baixa circulação de moedas. Todos esses fatores geram uma situação em que poucos indivíduos tinham condições de negociar dentro do setor mercantil, o que, aliado ao fato de ocorrer no interior de uma sociedade marcada por grandes desigualdades sócio-econômicas, serviu como mecanismo para reiteração da hierarquia social.

Um outro aspecto do setor mercantil foi a mobilidade dos mercadores entre os segmentos do mercado, que é fácil de entender se aliarmos as variações conjunturais, como por exemplo, valorização de algum produto, ou cessamento da produção de determinada área devido às guerras, àquele contexto já exposto: demanda limitada, poucas opções de negócio e sociedade com fortes diferenciações econômico-sociais. Um mercador, diante da redução de vantagens de um determinado segmento mercantil e de melhorias de vantagens de outro segmento, migrava facilmente sua atuação de um para outro segmento.

### 2.3.1 A ESTRUTURA DO COMÉRCIO COLONIAL

Alguns poucos negociantes atuantes no comércio de longa distância e muitos comerciantes atuantes nas viagens comerciais de curta distância constituíam o panorama comercial da Europa nos séculos XII, XIII e XIV. Na colônia luso-brasileira no século XVIII e XIX o panorama era semelhante, no entanto, em menor escala.

A hierarquia econômica altamente diferenciada, com diferentes graus de concentração de riqueza, tem seu reflexo na estrutura de mercado, onde se verifica a hegemonia de uma elite mercantil. Podemos ter uma noção da diferenciação dos mercadores dentro da estrutura mercantil e da concentração do mercado a partir dos dados referentes à circulação nos anos 1802, 1811 e 1822. No caso da circulação do açúcar, mais de 50% dos mercadores detêm menos de um quarto do valor anual negociado, em contrapartida, menos de 10% dos comerciantes controlam mais de um terço dos valores anuais.

No mercado colonial temos, de um lado, uma grande número de pequenos comerciantes com pouca capacidade mercantil e, de outro, poucos comerciantes com grande capacidade mercantil. Os pequenos comerciantes, na maioria dos casos, não eram estáveis em um segmento do mercado, ou seja, não eram especializado em um único segmento ou em uma área específica. O comerciante eventual, aquele que aparece apenas num ano atuando no comércio da Colônia, era responsável, no começo do século XIX, por 72,4% do comércio de açúcar. Além de seu caráter não especializado, temos que essa classe de comerciantes tinha pouca capacidade mercantil, se concentrando em viagens de curtas distâncias.

Os comerciantes com mais poder mercantil, além de concentrarem a renda advinda do comércio, eram capazes de longas viagens – dois terços dos negociantes responsáveis pelo tráfico negreiro residiam no Rio de Janeiro –, e eram estáveis, ou pelo menos, mais estáveis que os pequenos comerciantes aos segmentos do mercado. Segundo Fragoso, mais de 45% dos empresários conjugavam a atividade comercial internacional com o abastecimento interno.

Os comerciantes do topo da hierarquia comercial exerciam outra função no interior da economia colonial, a de credores. A partir de dados de fortunas post-mortem percebe-se a

recorrência de dívidas e créditos no início do século XIX, que aliado ao fato da inexistência de instituições financeiras credoras, abria espaço à inserção da classe dos comerciantes nesse ramo, pois eram os detentores de capital. A prática monopolista exercida pelos grandes comerciantes, aqueles que intermediavam a produção e o consumo dela, gerava altos lucros por estes e uma renda apenas suportável para os produtores. No entanto, os produtores eram dependentes dos comerciantes, principalmente pelo fato de os centros onde havia a demanda dos produtos alimentícios estarem longe, e depois pelo fato de muitas vezes os comerciantes serem credores dos produtores.

#### 2.4 ACUMULAÇÃO INTERNA NA COLÔNIA

A acumulação interna, definida por Fragoso como “o movimento que diz respeito à reiteração, no tempo, das produções ligadas ao abastecimento interno”<sup>5</sup>, era garantida na economia colonial por dois fatores: a realização do excedente no setor produtivo e da renda proporcionada pela venda dessa produção no mercado interno; e pelo reinvestimento constante de parte da renda adquirida, não apenas nos setores produtivos, como nos setores comerciais.

Para se ter uma idéia do primeiro fator responsável por garantir a acumulação interna podemos analisar a renda advinda da comercialização dos gêneros alimentícios, tais como charque, farinha, trigo e aguardente, em comparação à renda proveniente do açúcar branco e mascavo, tendo como base a tabela 6<sup>6</sup>. Percebe-se que no período abrangido pela tabela, de 1799 a 1822, o charque varia de 6,9 a 93,7% do valor total da carga de açúcar, a farinha chega a 36,2% do valor do açúcar exportado, a aguardente chega a 63,9% do valor do açúcar, e o valor do trigo supera o do açúcar, chegando a 171% daquele.

Na medida em que os valores anuais do carregamento do açúcar caíam a uma taxa de 9,2% no período abordado, as receitas da farinha, do charque e do trigo cresciam, respectivamente, 3,9%, 6,1% e 8,2%.

O segundo fator responsável por garantir a acumulação interna na colônia, ou seja, a reprodução do sistema produtivo voltado ao mercado interno se fazia, em termos concretos, a partir da incorporação de mão-de-obra escrava nas unidades produtivas possibilitada pela demanda desses alimentos. Nesse sentido, podemos sentir a reprodução daqueles setores, por exemplo, quando constata-se a partir da observação da tabela 7<sup>7</sup> a participação destacada de Minas Gerais na distribuição dos escravos aportados no Rio de Janeiro, mesmo se comparada à participação de regiões agroexportadoras.

A maior absorção de escravos em Minas Gerais aliada ao fato dessa região ser tipicamente produtora de gêneros alimentícios nos indica o poder de reprodução dos setores ligados ao mercado interno.

<sup>5</sup> Fragoso, Luís João, *Homens de grossa aventura*, p. 26 – 27.

<sup>6</sup> Fragoso, Luís João, *Homens de grossa aventura*, p. 163 – 164.

<sup>7</sup> Fragoso, Luís João, *Homens de grossa aventura*, p. 177 – 178.

Tabela 6 - Valor das entradas de charque, farinha, trigo e aguardente em frente das de açúcar branco e mascavo (1799 - 1822)

	A Charque	B Farinha	C Trigo	D Aguardente	A+B+C	E Açúcar	A+B+C+D+E
1799	57:765\$240	7:852\$213	124:784\$000	95:468\$400	190:401\$453	838:419\$085	1:124:889\$938
%	6,9	0,9	14,9	11,4	22,7	100,0	
1800	80:248\$920	3:360\$408	61:856\$824	89:701\$200	145:412\$152	616:542\$100	851:655\$452
%	13,0	0,5	10,0	14,5	23,6	100,0	
1801	86:769\$800	5:401\$400	55:627\$440	70:585\$200	147:798\$640	349:760\$690	568:144\$530
%	24,8	1,5	15,9	20,2	42,2	100,0	
1802	73:822\$225	3:870\$480	94:553\$400	58:226\$800	172:246\$105	373:979\$000	604:451\$905
%	19,7	1,0	25,3	15,6	46,0	100,0	
1803	58:591\$500	14:090\$699	72:759\$620	79:258\$000	145:441\$819	371:101\$550	595:801\$369
%	15,8	3,8	19,6	21,3	39,2	100,0	
1804	66:607\$720	14:655\$152	86:408\$960	75:560\$000	167:671\$832	387:753\$100	630:984\$932
%	17,2	3,8	22,3	19,4	43,2	100,0	
1805	106:478\$856	10:685\$356	94:614\$690	88:197\$800	211:778\$902	416:068\$200	716:044\$901
%	25,6	2,6	22,7	21,2	50,9	100,0	
1806	103:714\$012	10:683\$800	145:036\$890	85:533\$000	259:434\$702	254:698\$500	599:666\$202
%	40,7	4,2	56,9	33,6	101,8	100,0	
1807	108:540\$328	2:966\$000	168:476\$160	71:654\$400	279:982\$483	342:484\$100	694:120\$988
%	31,7	0,9	49,2	20,9	81,7	100,0	
1808	120:072\$080	8:640\$800	183:135\$324	77:894\$400	311:848\$240	152:921\$755	542:664\$359
%	78,5	5,6	119,7	50,9	203,9	100,0	
1809	89:134\$852	27:968\$650	82:613\$624	100:385\$600	199:717\$126	218:583\$010	518:685\$736
%	40,8	12,8	37,8	45,9	91,4	100,0	
1810	87:776\$040	19:201\$240	108:709\$570	86:859\$200	215:686\$850	188:521\$450	491:067\$500
%	46,6	10,6	57,7	46,1	114,4	100,0	
1811	98:250\$240	14:792\$420	207:977\$710	79:455\$800	321:020\$370	154:945\$750	555:421\$920
%	63,4	9,5	134,2	51,2	207,2	100,0	
1812	98:686\$360	12:254\$500	164:549\$900	78:923\$800	275:490\$760	151:315\$120	505:729\$680
%	65,2	8,1	108,7	52,2	182,1	100,0	
1813	216:481\$040	91:573\$933	434:708\$330	162:042\$600	742:763\$303	253:274\$150	1:158:080\$053
%	85,5	36,2	171,6	63,9	293,3	100,0	
1814	287:128\$540	83:700\$750	766:048\$400	158:055\$055	936:877\$690	379:335\$600	1:474:268\$345
%	75,7	22,1	149,2	41,7	247,0	100,0	
1815	230:674\$664	65:860\$600	319:147\$550	97:479\$200	616:182\$814	333:814\$600	1:047:476\$614
%	69,1	19,7	95,8	29,2	184,6	100,0	
1816	273:782\$450	15:002\$240	348:974\$610	114:120\$700	637:759\$300	538:123\$950	1:290:003\$950
%	50,9	2,8	64,8	21,2	118,5	100,0	
1819	427:213\$700	64:811\$280	139:859\$640	163:297\$900	631:884\$620	532:045\$500	1:327:228\$020
%	80,3	12,2	26,3	30,7	118,8	100,0	
1820	518:301\$820	55:598\$551	118:780\$232	157:867\$800	692:680\$603	753:758\$280	1:604:306\$683
%	68,8	7,4	15,8	20,9	91,9	100,0	
1821	542:347\$600	55:914\$473	130:270\$950	164:692\$100	728:533\$023	847:022\$050	1:740:247\$173
%	64,0	6,6	15,4	19,4	96,0	100,0	
1822	391:701\$420	32:920\$120	64:937\$958	77:905\$600	489:559\$498	417:978\$500	985:443\$598
%	93,7	7,9	15,5	18,6	117,1	100,0	

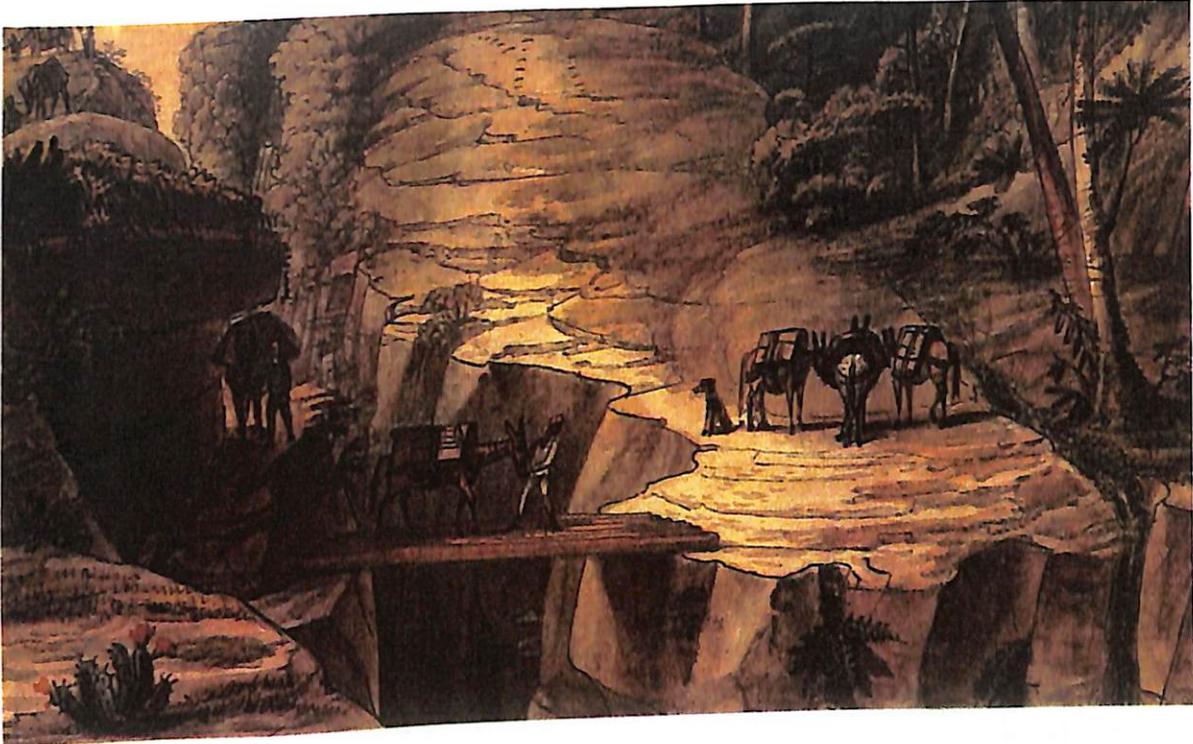
Fonte: Códice de Embarcações, Livros 53-3-5, 57-3-6, 57-3-8, 57-3-9, 57-3-12, 53-3-15, 57-3-16, 57-3-18. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, apud Fragoso, 1998, p. 163 - 164.

Tabela 7 - Totais absolutos e relativos do tráfico para várias regiões (1822 - 1833)

		1822	1823	1824	1825	1826	1827	1828	1829	1830	1831	1832	1833
Minas Gerais	nº	12	-	-	5.661	3.265	2.423	6.664	6.547	6.177	2.856	1.196	181
	%	15,0	-	-	59,9	43,6	45,3	43,5	51,9	46,2	47,8	54,7	10,6
São Paulo	nº	-	-	48	808	319	761	81	950	607	375	215	43
	%	-	-	2,3	8,5	4,3	14,2	0,5	7,5	4,5	6,3	9,8	9,6
Vale do Paraíba	nº	8	-	2	1.201	897	485	1.909	1.450	1.581	388	157	51
	%	1,1	-	0,1	12,7	12,0	9,1	12,5	11,5	11,8	6,5	7,2	11,4
Norte Fluminense	nº	446	467	1.696	1.485	2.637	1.393	3.954	2.974	4.458	1.091	202	40
	%	59,8	65,5	79,9	15,7	35,2	26,0	25,8	23,6	33,3	18,3	9,2	8,9
Sul Fluminense	nº	256	199	333	270	341	271	288	486	522	134	126	86
	%	34,4	27,9	15,7	2,9	4,6	5,1	1,9	3,9	3,9	2,2	5,8	19,1
Espírito Santo	nº	23	46	59	32	24	16	2	215	23	13	6	1
	%	3,0	6,5	2,8	0,4	0,3	0,3	-	1,7	0,2	0,2	0,3	-
Outros	nº	-	-	20	2	2	-	3	-	6	1.122	284	46
	%	-	-	0,9	-	-	-	-	-	-	18,8	13,0	10,2
<b>Total</b>		<b>745</b>	<b>712</b>	<b>2.122</b>	<b>9.459</b>	<b>7.485</b>	<b>5.348</b>	<b>15.298</b>	<b>12.622</b>	<b>13.374</b>	<b>5.979</b>	<b>2.186</b>	<b>448</b>

Fonte: Registros de Saídas de Tropeiros. Códices 421, 424, 425. Arquivo Nacional, apud Fragoso, 1998, p. 177 - 178.

PARTE II O CASO DA CAPITANIA DE SÃO PAULO



### Capítulo 3 · Os primórdios da ocupação da Capitania de São Vicente

Os primeiros interesses dos portugueses e espanhóis no novo continente surgiram de um imaginário, comum na época na Europa, povoado por imagens de lugares místicos, de paraísos terrestres, e de fortunas que brotassem da terra. As primeiras interferências dos exploradores europeus no novo mundo tiveram o sentido de buscar essas riquezas minerais, por exemplo, as entradas ao continente de expedições de portugueses e espanhóis em busca da lendária Serra Sabarabuçu, uma montanha constituída de metais preciosos e localizada no interior do continente.

Na primeira expedição de conhecimento da costa brasileira, que partiu de Lisboa entre 1501 – 1502, os portugueses desembarcaram, em janeiro de 1502, na ilha de Cananéia. Segundo Zequini (2004), “na primeira metade do século XVI, Cananéia tornou-se um porto valioso, utilizado para o abastecimento de embarcações que passaram a rumar para o sul do continente” (ZEQUINI, 2004, p. 29).

Diversas dessas expedições espanholas e portuguesas que rumavam ao sul do continente tinham como principal objetivo a descoberta de metais preciosos. Esses navegantes possibilitaram o conhecimento do litoral brasileiro, batizando alguns acidentes geográficos, em geral, com nomes de santos católicos, marcando uma pequena presença dos exploradores europeus em território recém-descoberto.

Os habitantes europeus da colônia, os degredados, os expedicionários naufragados ou sobreviventes dos ataques indígenas, ou mesmo os navegantes que passaram períodos na colônia, conviviam com a população nativa, aprendendo seus costumes e muitos deles casavam-se com as filhas dos principais chefes indígenas. Essas pessoas tornavam-se intermediários nas negociações entre nativos e portugueses, e facilitaram a posterior ocupação dos portugueses no território colonial.

O estreitamento do contato com os indígenas aumentou as esperanças dos portugueses na descoberta dos metais preciosos, devido às evidências, trazidas por eles, da existência dos metais preciosos. Essas evidências reforçaram a importância estratégica dos núcleos de São Vicente e Cananéia, conforme explica Zequini (2004).

A partir de alguns relatos de expedições, percebe-se que tais núcleos citados acima tinham um relativo desenvolvimento comercial, muito provavelmente por serem pontos de passagens constantes de embarcações que se direcionavam para o sul. Dentre os principais produtos comercializados em tais núcleos, estava o índio escravizado, cujo tráfico se tornaria comum nessa região, gerando a designação do local de Porto de Escravos.

Os colonos buscavam suprir suas necessidades alimentícias por meio do trabalho indígena, sendo o primeiro mecanismo utilizado o escambo de mercadorias européias, tais como ferramentas, espelho e bugiganga por excedentes das lavouras indígenas, segundo Monteiro (1999). Por meio de diversos relatos citados por Monteiro, percebe-se a facilidade das aldeias de produzirem excedentes agrícolas para trocar com os colonos, no entanto, o que desagradava os colonos era a irregularidade do abastecimento. Os colonos passaram a substituir a dependência que tinham dessas provisões esporádicas pelo emprego de cativos em suas próprias lavouras, decorrendo dessa mudança a necessidade de apropriação de mão-de-obra indígena, sobretudo escrava.

A obtenção de cativos resultava, por um lado, da aliança entre portugueses e certo grupo indígena, e por outro lado, pela rivalidade do grupo indígena aliado e grupos indígenas inimigos. Segundo Zequini (op.cit.), ao longo de trechos do atual estado de São Paulo havia três grandes grupos tribais que pertenciam à mesma família lingüística tupi-guarani: no litoral norte (de Ubatuba até o espírito Santo) habitavam os tupinambás ou tamoios; no sul do atual estado (região de Cananéia) habitavam os carijós ou guaranis; e no centro havia os tupiniquins, que habitavam uma região do planalto que se chamava Piratininga.

Assim, nas palavras de Monteiro “na capitania de São Vicente, os portugueses buscaram aumentar a oferta de mão-de-obra indígena por meio da aliança com os Tupiniquim (...) já na década de 1540, os portugueses controlavam (...) algumas aldeias tupiniquim” (p. 33 – 34). A aliança dos portugueses com os tupiniquins era efetuada por meio de relações de concubinato, sendo de fundamental importância a união de João Ramalho com a filha de um importante chefe tupiniquim, Tibiriça, para a expansão da influência e autoridade dos colonizadores ao grupo indígena.

Em 1530, a Coroa Portuguesa enviou uma expedição chefiada pelo fidalgo Martim Afonso de Sousa com objetivo de lançar forças para um controle mais rígido de suas terras, expulsando do litoral os franceses exploradores do pau-brasil, reconhecendo e delimitando com mais precisão o território português em relação ao território espanhol e, por fim, lançando algumas bases para ocupação, ao se edificar fortificações em pontos estratégicos, conforme Zequini (op.cit.).

Martim Afonso, em 1532, após sua ida ao Rio da Prata e de ter verificado que se tratava de território espanhol, chegou à povoação de São Vicente, na qual permaneceu por um ano e três meses. Ali, encontrou um núcleo constituído por portugueses (degredados, naufragos, desertores e aventureiros), espanhóis, índios aliados dos portugueses e mamelucos, todos envolvidos num lucrativo comércio de escravos indígenas.

A presença de um comércio dinamizador da economia de São Vicente e o fato de sua localidade ser favorável à entrada ao sertão e ao acesso às riquezas presentes nele seriam as condições que fizeram com que Martim Afonso elevasse São Vicente à categoria de vila e instalasse órgãos administrativos e políticos, como a Câmara e a Cadeia.

Ainda segundo Zequini (op. cit.), Martim Afonso, quando tornou-se donatário da Capitania de São Vicente, em 1534, estimulou o desenvolvimento da atividade açucareira, implantando alguns engenhos na região. A escolha do açúcar como produto dinamizador da economia foi decorrência da experiência dos portugueses nessa atividade em outras de suas colônias.

A construção do engenho de Açúcar do Governador, obra capitaneada por Martim Afonso e alguns sócios, em 1534, impulsionou o desenvolvimento de um porto ao norte de São Vicente, localizado no atual município de Santos, resultando na elevação dessa povoação à condição de vila em 1545.

Segundo Monteiro, os constantes ataques dos tupinambás, inimigos dos tupiniquins aliados dos portugueses, aos núcleos de ocupação portuguesa no litoral tornaram as atividades produtivas quase inviáveis, surgindo a necessidade de núcleos complementares de produção para abastecer a população do litoral. A partir de 1550, iniciou-se a ocupação do planalto, que além de desenvolver economia subsidiária que abastecesse o litoral, visava a novas fontes de mão-de-obra cativa.

A consolidação da ocupação européia no planalto na região de São Paulo estabeleceu a porta

de entrada para o sertão, ao qual volta-se os interesses dos colonos, não tanto mais pelas atrativas riquezas minerais, mas sim pelas riquezas geradas pela captura dos índios. A criação, em 1553, da vila de Santo André da Borda do Campo, localidade onde se situava a aldeia de João Ramalho, e, em 25 de janeiro de 1554, o Colégio de São Paulo de Piratininga foram as bases desse movimento de ocupação do planalto. A criação do Colégio de São Paulo foi um projeto levado a cabo por treze padres e irmãos da Companhia de Jesus que subiram a serra, tendo o objetivo de catequizar os índios.

Os ataques constantes e intensos dos tupinambás ao longo da década de 1550 não se mantiveram apenas no litoral, lançaram-se aos novos núcleos de ocupação no planalto paulista, resultando com a intervenção do governador Mem de Sá na extinção da vila de Santo André em 1558, e no deslocamento de seus moradores para as imediações do Colégio, onde se estabeleceu a vila de São Paulo em 1560.

O estabelecimento da vila de São Paulo serviu de base para a difusão promovida pelos jesuítas de aldeamentos, cujo objetivo era a reunião dos nativos sob a ordem da Companhia de Jesus, tais como São Miguel, Nossa Senhora dos Pinheiros e Itaquaquecetuba. Também serviu de argumento para suas fundações o fato de prover os colonos de mão-de-obra indígena domesticada, no entanto, esse fim não teve sucesso devido à intermediação dos jesuítas nos acordos de trabalho firmados entre os índios e os colonos. Logo, estes partiram para outro meio de se prover de mão-de-obra indígena, o qual veremos adiante.

## Capítulo 4 · A economia paulista

A existência de uma região destacada das outras pelo alto grau de desenvolvimento econômico desperta interesse de se captar as razões que geraram esse desenvolvimento e o momento histórico no qual se criaram as bases da desigualdade econômica entre as regiões. Nessa perspectiva e tendo em vista as diversas publicações sobre o tema, constata-se haver interesse de muitos pesquisadores na história da formação econômica de São Paulo.

A maioria das teses atribuem à fase cafeeira o período no qual São Paulo iniciou um novo rumo que o levou ao desenvolvimento econômico atual e que o distanciou da situação de pobreza em que estava inserida a região.

O presente trabalho apresenta uma perspectiva diferente dessa, primeiro por não considerar que São Paulo no período colonial estivesse inserido num contexto de pobreza, confundido por muitos pesquisadores como ausência de produções voltadas ao mercado externo. Segundo por considerar a importância do encadeamento de elementos ao longo das diversas fases ou dinâmicas econômicas pelas quais a região passou desde a fundação do Colégio de São Paulo de Piratininga, não apenas elegendo uma fase econômica/produtiva como criadora das bases do desenvolvimento regional.

O sistema de elementos que definem uma fase da história de São Paulo e dá nomes aos seus atores vai-se rearranjando em outro sistema, no qual os elementos estão mudados, mas são herdeiros da fase anterior. Em termos mais empíricos, na palavras de Sérgio Buarque “o tropeiro é o sucessor direto do sertanista e o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro. A transição faz-se assim sem violência. O espírito de aventura, que admite e quase exige a agressividade ou mesmo a fraude encaminha-se, aos poucos, para uma ação mais disciplinadora”<sup>8</sup>.

Em termos econômicos, Blaj articula as fases econômicas por meio do movimento do capital acumulado pela elite hegemônica de cada fase. Assim, o capital acumulado numa fase da economia pelos agentes econômicos tanto pode reforçar essa atividade econômica, como pode se transferir lentamente às mãos de novos agentes econômicos atuantes numa nova atividade econômica. Esse processo é bem descrito, quando a autora se refere aos comerciantes paulistas inseridos na atividade comercial com as áreas mineradoras do início do século XVIII,

*“[essas] atividades mercantis promovem o investimento de parte ponderável deste capital acumulado na região paulista estimulando ainda mais o próprio comércio e, a médio prazo, propiciando o final do percurso para a tradicional elite paulistana: de sertanistas aventureiros e de agricultores e criadores de gado voltados ao mercado interno, tornam-se também comerciantes audazes e, destes, já na segunda metade do XVIII, transformam-se em fazendeiros bem situados, voltados não apenas à produção para o abastecimento interno mas, igualmente, de gêneros agrícolas para a exportação”<sup>9</sup>*

<sup>8</sup> Hollanda, 1956, apud Blaj, 1998

<sup>9</sup> Blaj, Ilana *Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana*, 1998.

Tentaremos a seguir expor esse movimento lento e sem violência que foi responsável pela expansão territorial e pela evolução econômica, ou melhor, pelas mudanças das atividades econômicas e de seus agentes respectivos ao longo da história de formação de São Paulo, buscando investigar o papel da atividade comercial exercida pelos paulistas.

#### 4.1 ECONOMIA PAULISTA NO SÉCULO XVI – XVII

A primeira etapa da formação regional, econômica e social de São Paulo abrangida majoritariamente no século XVII é aqui considerada o primeiro movimento de expansão territorial, para além da Vila de São Paulo.

Os deslocamentos dos paulistas da vila de São Paulo em direção ao sertão são aludidos por muitos pesquisadores como uma resposta às condições de pobreza em que estavam inseridos os moradores da vila. Após a construção do Colégio de São Paulo com objetivo de promover a conversão dos gentios, a vila ficou desprovida de atividades econômicas que a sustentassem. Nesse contexto a economia paulista se salvaria por meio do bandeirismo, movimento de exploração do sertão, tanto para apresamento de índios, e sua subsequente venda aos engenhos de açúcar nordestinos, como para busca de metais valiosos, surgido como único empreendimento econômico em oposição à produção agrícola. Segundo tais autores, enquanto nos arredores de São Vicente sua população se ocupava da produção agrícola da cana-de-açúcar no primeiro século da colônia, os paulistas do planalto se ocupavam com as excursões ao sertão.

Por outro lado, existem pesquisadores, tais como Monteiro e Blaj, que associam o movimento de embrenhamento nos sertões à necessidade dos colonos obterem cativos para trabalharem na produção agrícola. A necessidade de uma reserva de mão-de-obra escrava para possibilitar a expansão da produção agrícola no planalto paulista foi, segundo Monteiro, a razão principal dos intensos deslocamentos dos paulistas ao sertão.

Nas palavras de Blaj (2002), a população paulista se expandia em busca de terras e de mão-de-obra indígena para garantir a sua fixação, contrariando a aparente idéia de dispersão, a qual é muito atribuída aos paulistas desse período, como já foi mencionado.

Segundo Monteiro, a expansão –em termos espaciais e não em termos de produtividade– da produção agrícola no planalto paulista estava ligada à reserva de mão-de-obra indígena –devido ao baixo custo em relação ao escravo africano–, e à demanda de outras regiões por gêneros de abastecimento. As bandeiras tinham em vista, assim, o provimento de força de trabalho que viabilizasse a produção de excedentes de gêneros de abastecimento para suprir a demanda de outras capitanias e da vila de São Vicente.

A evolução da expansão das áreas agricultadas no planalto paulista, mesmo que nem todas as propriedades estivessem ligadas ao mercado interno da colônia, ocorreu concomitantemente à evolução do apresamento indígena pelos paulistas, ainda segundo Monteiro.

Na concepção de Sérgio Buarque de Hollanda, citado na obra de Blaj (2002, p. 90), associa-se a fixação dos paulistas e o crescimento populacional ao movimento de ocupação de terras cada vez mais distantes da vila de São Paulo e ao movimento de acesso à mão-de-obra indígena, gerando o que denomina “movimento dialético povoamento/despovoamento/povoamento”, que gera uma fixação provisória, e não o nomadismo perene.

A partir de 1580, com o rápido crescimento da economia açucareira, principalmente nas

capitanias de Pernambuco, Bahia e em menores proporções no Rio de Janeiro, e com a reativação das produções dos engenhos em São Vicente, após o fim da Guerra dos Tamoios, e a expansão das atividades portuárias em algumas vilas litorâneas, houve um impulso às atividades econômicas secundárias, como a pecuária e a agricultura de gêneros de abastecimento, segundo Monteiro.

Nesse período, ainda segundo este autor, os paulistas do planalto tendo em vista o modesto mercado da vila de São Vicente iniciaram a criação de gado *vacum* nos arredores da vila, o qual era majoritariamente destinado ao litoral, ocasionando falta desse produto na vila de São Paulo. Em conseqüência disso, houve várias reclamações na Câmara de São Paulo por parte da população que se indignava com a falta de carne apesar de haver criação de gado.

Segundo Monteiro, os colonos nessa década, 1580, iniciaram uma expansão para as terras além dos rios Tamanduateí e Anhangabaú. No entanto, uma ocupação que se distanciasse muito da vila sofria o perigo de ataques indígenas. A expansão nessa fase era limitada também pela falta de mão-de-obra indígena, concentrada nos três aldeamentos pertencentes à vila, os quais forneciam a mão-de-obra indígena requisitada pelos colonos por intermédio dos jesuítas.

Uma pequena expansão forma da ocupação se deu em 1598, quando o conselho municipal iniciou a distribuição de terrenos públicos para os colonos fazerem o *rocio* particularmente em três lugares, que se desenvolveram posteriormente em três bairros: o Ipiranga, situado ao lado do caminho que ligava a vila ao mar; Guaré ou Piratininga, que se situava entre o núcleo primitivo da vila e o rio Tietê; Pinheiros, situado ao longo do rio Pinheiros.

Até o início do século XII a ocupação do planalto paulista se limitava às áreas imediatamente anexas à vila e aos aldeamentos. Segundo Monteiro, essa primeira onda de expansão territorial estava fortemente ligada à economia do litoral paulista.

Uma segunda onda de expansão da economia do planalto teve como impulso a iniciativa da Coroa Portuguesa, representada em solo colonial por d. Francisco de Sousa, que buscava implantar um “modelo integrado de atividades mineradoras, agrícolas e de manufaturas” (MONTEIRO, 1994, p. 102).

Ao longo de seu mandato de governador da colônia, de 1591 a 1601, organizou expedições com objetivo de achar a lendária serra resplandesciente rica em ouro e esmeralda, o Sabarabaçu, a qual segundo relatos imprecisos localizava-se nas cabeceiras do rio São Francisco. Em 1596, D. Francisco de Sousa armou três expedições com o destino ao rio São Francisco, partindo da Bahia, do Espírito Santo e de São Paulo.

A expedição de São Paulo entrou pelo Vale do Paraíba, e quando atravessavam a Serra da Mantiqueira, pensaram ter descoberto a mina almejada pelo fato de encontrarem algumas pedras preciosas. As descobertas atraíram a atenção da Coroa Portuguesa, que designou d. Francisco de Sousa como governador das capitanias do Sul, o qual criou um projeto que visava articular os setores de mineração, agricultura e indústria, todos funcionando com base na força de trabalho indígena.

Apesar do projeto ter malgrado, devido ao reduzido valor presente nas modestas minas recém-descobertas de Jaraguá, Paranaíba e Voturuna, lançou-se “efeito na organização da economia local de São Paulo (...) [quando] o crescimento da lavoura comercial foi estimulado e (...) o apresamento da mão-de-obra indígena atingiu proporções nunca dantes alcançados” (Monteiro, 1994, p. 60).

D. Francisco de Sousa no período em que esteve em São Paulo estimulou as incursões ao

sertão por demanda de índios para fortalecer a economia agrícola do planalto, assim como nos setores da mineração e da indústria. As modestas doações municipais de terras aos colonos a partir de 1600, no mandato de d. Francisco de Sousa, cederam lugar às grandes sesmarias, doadas pela autoridade máxima da capitania.

Esse mecanismo de distribuição do solo rural, juntamente com a intensificação do apresamento indígena pelos colonos, gerou uma expansão da ocupação para além das terras anexas à vila de São Paulo. No entanto, manteve-se como empecilho à expansão da ocupação o padrão defendido por d. Francisco de Sousa do trabalho livre do índio, que era obtido por meio dos aldeamentos gerenciados pelos jesuítas. Após sua morte, em 1611, esse padrão foi sendo substituído pelo apresamento direto de grandes contingentes de índios pelos colonos e o emprego do trabalho escravo indígena, o que na década de 1620 já estava fortemente estabelecido.

As distribuições de sesmarias atingiam distancias cada vez maiores da vila de São Paulo, pois além da independência aos aldeamentos, o padrão de uso do solo adotado pelos paulistas e o crescimento demográfico logo esgotava o capacidade produtiva dos solos próximos à vila, gerando a necessidade de ocupar terras mais distantes.

A esses fatores de produção estava associada a produção do trigo, que teve seu apogeu entre os anos de 1630 a 1660 no planalto paulista. A produção era exclusivamente voltada ao comércio, primeiramente pelo fato do trigo ser um produto demandado pelas comunidades européias habitantes nas principais vilas e cidades da colônia e pelas frotas portuguesas, e segundo pelo fato de não constituir a base da alimentação dos paulistas, que em grande parte adotaram a alimentação dos índios, baseada no consumo da mandioca, feijão e milho.

Com a expansão da triticultura e a conseqüente propagação das propriedade cada vez mais distantes da vila de São Paulo foram “pipocando” novas vilas, assim empurrando cada vez mais a fronteira que separava o sertão dos povoados. Em termos da trajetória administrativa, os bairros rurais mais desenvolvidos eram elevados a freguesias, e estas podiam tornar-se logo vila. Assim ocorreu com as duas primeiras novas vilas do planalto paulista: em 1611, Mogi das Cruzes e, em 1625, Santana do Parnaíba.

A expansão da ocupação com as criações de vilas seguiu um padrão um pouco diferente após 1640, devido à mudança do padrão das expedições de apresamento: ao mudarem a orientação geográfica das expedições, foram aumentadas as freqüências e reduzidos os tamanhos. As várias novas vilas que surgiram após esse período se desenvolveram pelo fato de serem locais adjacentes às trajetórias das expedições, e fornecerem produtos agrícolas para o abastecimento dos expedicionários. Foi assim que surgiram as vilas de Taubaté (1643), Guaratinguetá (1651), Jacareí (1653), Jundiaí (1655), Itu (1656-8) e Sorocaba (1661).

Assim, vemos que a expansão territorial da ocupação do planalto paulista e o acesso à mão-de-obra de escrava possibilitaram a existência de uma produção agrícola, podendo ela estar assentada numa produção que gerasse excedentes para comercialização com outras regiões da colônia.

#### 4.1.1 O COMÉRCIO PAULISTA

A região planaltina, conforme nos indica Monteiro, apresentava a partir das primeiras décadas do século XVII os fatores de produção mão-de-obra e terras em abundância geradoras de uma conjuntura com poucas resistências à produção generalizada de trigo. A produção especializada

do trigo, tendo em vistas os mercados das cidades e vilas onde se concentravam os europeus, começou a se generalizar a partir da década 1620.

Apesar de outros produtos também serem comercializados, como o feijão, a aguardente e a carne, o trigo apresentava maior valor e sua produção era quase totalmente voltada para o comércio, diferentemente daqueles que também serviam ao auto-consumo da propriedade. A produção do trigo tinha caráter comercial a ponto de “créditos em farinha de trigo circulavam como valor de troca, frequentemente fazendo parte de dotes matrimoniais e servindo até de meio na liquidação de dívidas de jogos” (MONTEIRO, 1999, p. 114).

Por meio dos comerciantes paulistas o trigo era encaminhado para o principal escoadouro dos produtos locais, o porto de Santos, e de lá distribuídos para os mercados consumidores da colônia, tal como Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, para onde se destinava maior parte da produção paulista de trigo, e até mesmo para outras colônias portuguesas, como Angola, conforme indica Monteiro.

A necessidade de consumo desse cereal pelos portugueses na colônia era suprida pela produção paulista, ocasionando demandas por parte desses consumidores direcionadas diretamente aos paulistas, como nos mostra Blaj com um pedido de Dom Manuel Lobo endereçado ao governador da capitania de São Vicente:

*“Como duas sumacas que esperava me chegasse aqui carregadas de farinha têm tardado com demasia me vejo com falta de bastimentos e se não tiver algum prompto socorro me verei em algum aperto e cuidado pelo que escrevo ao capitão maior de São Vicente e governador dessas villas me mande logo o bastimento que for possível”* (2002, p. 101)

As condições para produção do trigo, assim como de outros produtos, era tão favorável, principalmente entre 1640 e 1660 que não só proprietários de grandes extensões de terra e de muitos índios cativos tinham condições de produzir comercialmente, proprietários com menos capital também produziam. Então, temos que nesse período principalmente a produção comercial do trigo em especial era generalizada.

Ainda segundo Monteiro, havia um gargalo na cadeia produtiva dos produtos do planalto, que a princípio atingiu os pequenos proprietários, e depois atingiu a produção do trigo como um todo. Se até então parece que o planalto de São Paulo apresentava todos as variáveis econômicas a seu favor, apresenta-se um novo fator para alterar esse contexto: o transporte da produção, feito principalmente pelo Caminho do Mar, que atravessava a Serra do Mar, passando por Cubatão e chegando em seu destino, o porto de Santos, era de certo modo complicado, pelo menos para aqueles que não tinham escravos em abundância para fazer o transporte. De fato, naquele período o modo mais barato e viável para os comerciantes ou produtores fazerem o transporte da produção era por meio dos escravos.

Os pequenos proprietários não possuíam muitos índios cativos, implicando no estabelecimento de uma relação de dependência com os proprietários maiores. Tal relação se intensificou quando a mão-de-obra escrava indígena começou a diminuir e mais proprietários sem escravos suficientes passaram a depender daqueles mais ricos, gerando concentração de riquezas nas mãos de poucas famílias.

Com o passar dos anos e a chegada do fim do século XVII, a diminuição dos índios cativos

no planalto atingiu a produção do trigo, principalmente por não haver meios para transportar tamanha produção de cereais até o porto de Santos, permanecendo na produção do cereal poucas famílias, apenas aquelas que ou tinham capital suficiente para alugar índios para fazer o transporte ou aquelas que tinham abundância de escravos índios.

Uma abordagem bastante interessante referente à atividade comercial dos paulistas nesse período é feita por Ilana Blaj, que tenta buscar o movimento do comércio paulista por meio dos discursos, feitos tanto pela população como pelas autoridades, que, segundo ela,

*“trazem queixas, reivindicações e até certa sublevação, pois, ao explicitarem seus reclamos, sua insatisfação e seus desejos, os indivíduos e grupos sociais desvendam igualmente o processo em curso, clarificando, portanto, e também, o movimento econômico em andamento” (2002, p. 99)*

Assim, essa autora relata inúmeros trechos das atas da Câmara da vila de São Paulo com reclamações da população para o alto preço de alguns alimentos a despeito da produção se fazer ali mesmo, por exemplo, no caso da carne e da farinha de trigo. Esse problema pelo qual passou a população da vila já existia desde o final do século XVI, como já foi exposto acima, quando houve falta de oferta de carne na vila a despeito da criação ser feita ali. Essa situação foi criada pelos comerciantes paulistas, os quais vendiam a produção para locais onde os preços eram melhores. Assim, provavelmente, no final do século XVI e como veremos adiante no final do século XVII a carne valia mais em outros mercados consumidores que não o da vila de São Paulo, e o mesmo ocorria com o trigo no século XVII.

A população se dirigia às autoridades da vila de São Paulo para que elas pressionassem de algum modo a classe dos comerciantes a fim de que vendessem a preços acessíveis as mercadorias na própria vila. Blaj (op. cit.) cita algumas medidas tomadas pela Câmara para intermediar esse conflito, desde tabelas os preços dos produtos vendidos na vila, muitas vezes não respeitados pelos comerciantes, até impedir que o criador vendesse gado para fora da vila e seus arredores, sujeito à condenação de pagar uma multa.

Por outro lado, as autoridades da vila de São Paulo por meio de exigências aos comerciantes e capitães dos bairros presentes nas atas da vila de São Paulo, pesquisadas por Blaj, demonstram a preocupação com a conservação do Caminho do Mar, ou seja, a preocupação com a manutenção do eixo de comunicação da vila de São Paulo com Santos, o que nada mais era do que o eixo que permitia a comercialização da produção paulista e, em decorrência, permitia o desenvolvimento econômico do planalto.

Com alguns elementos traçados acima, podemos visualizar uma realidade regional onde havia a presença do escravo indígena, havia a produção voltada para o comércio, havia concentração de riquezas e conseqüentemente uma elite econômica, que coincidia com a elite política da vila de São Paulo.

#### 4.2 A ECONOMIA PAULISTA NO SÉCULO XVIII – XIX

Até o final do século XVII, apesar de haver a mercantilização, como vimos no caso do trigo, por exemplo, havia pouca circulação de moedas, criando certa resistência ao desenvolvimento

da atividade comercial. No entanto, a baixa monetarização da economia, principalmente das regiões não ligadas diretamente à agroexportação, deixou de se reiterar com o início da atividade mineradora, a qual injetou na economia colonial grande quantidade de moedas.

Com o descobrimento das minas na região central da colônia, a idéia do enriquecimento rápido e fácil, que sempre povoou o imaginário dos colonizadores do Novo Mundo, potencializou a atração que as minas exerceram sobre a população de outras regiões, assim como estrangeiros. No entanto, as populações das minas tão ávidas estavam pela extração de minérios que não se preocuparam em criar meios que permitissem seus sustento, levando as regiões das minas a apresentarem extrema falta de alimentos, chegando ao caso, como nos relata Goulart (1961), das pessoas afeiçoarem seu paladar ao gosto de terra, pois não tendo outras opções chegavam a comê-la.

A situação apresentada, ou seja, a região das Minas Gerais carente de gêneros alimentares e a posse cada vez maior de moeda nas mãos de sua população foi, como defende a maioria dos autores, um elemento dinamizador da economia dita secundária, ou seja, a economia voltada para o mercado interno. A capitania de São Paulo foi uma grande beneficiada da atividade mineradora, pois já tinha uma estrutura produtiva de gêneros de abastecimento e uma rede mercantil.

A fome presente nas regiões das minas era agravada pela dificuldade de transporte, tanto o meio de transporte como as vias de transporte, pois até então não havia necessidade de conexão, por exemplo, das regiões do sul às áreas onde se dava a atividade mineradora. Como vimos, no caso da vila de São Paulo, a integração de dava mais intensamente com o litoral, onde se vendiam suas mercadorias e o transporte da produção era feito por meio da força dos escravos, como no caso do trânsito de mercadorias pelo Caminho do Mar feito pelos escravos indígenas.

Nesse contexto, Goulart (1961), Blaj (2002) e Marçílio (2000), cada um com sua perspectiva, introduzem a importância das tropas de muares e de cavalos para a época, realçando a presença dos paulistas nessa nova atividade dinamizada pela atividade mineradora. Segundo Goulart, iniciada a mineração, as incursões dos paulistas para o sul, que até então tinham o objetivo de apresamento de indígenas das missões, voltaram a atenção ao valor econômico daquela enorme reserva de muares, bovinos e cavalos que viviam sem dono na planície platina desde os primeiros séculos da colonização.

Durante os séculos XVI e XVII a reserva de animais existentes da planície platina não despertou a atenção dos paulistas, talvez porque a quantidade de mercadoria comercializada e, portanto, requerente de meio de transporte, não exigia uma revolução nos transportes. Nesse perspectiva, o fato dos animais serem valorizados com o início da atividade mineradora pode ser considerado uma decorrência do aumento dos fluxos de mercadores inter-regionais, assim como a diversificação de caminhos, interligando os lugares.

No final do século XVII, houve uma preocupação oficial com o estado das estradas já existentes e com a abertura de novas estradas, viabilizando o comércio necessário para possibilitar a atividade mineradora. Marçílio (2000), nesse contexto, comenta sobre o processo de alargamento das estradas, devido à passagem das tropas de animais, e também se refere aos principais eixos de penetração no continente, todos partindo da cidade de São Paulo. Além do Caminho do Sul e do Caminho Real para o Rio de Janeiro e Minas Gerais, que trataremos a seguir, a autora elenca o Caminho para as Minas Gerais e Goiás, via Mogi-Guaçu e o Caminho do Tietê.

O Caminho Real percorria um trajeto ao longo do Vale do Paraíba e se bifurcava na altura de Taubaté, um dos trajetos atravessava a Serra da Mantiqueira e seguia no sentido de Minas Gerais, e outro atravessava a Serra do Mar em direção à capital. O Caminho do Sul, que ligava São Paulo aos campos do Viamão e Vacaria, passando por Curitiba e Sorocaba, era a principal rota para trazer os animais dos campos de criação a São Paulo e ao longo da qual surgiam várias vilas no decorrer do século XVIII e XIX, como Itapetininga, Itapeva, Apiaí e Paraná, entre outras.

Em outro momento de minha pesquisa, na leitura do texto de Goulart (1961), tomei conhecimento da mesma estrada, suponho, referida por Marcílio como Caminho do Sul, mas Goulart a trata como estrada que liga São Paulo a Rio Grande de São Pedro. Vemos a importância da estrada que ligava Rio Grande de São Pedro às áreas centrais da colônia para o comércio de animais e o transporte entre o centro e o extremo-sul pelas palavras de Alfredo Ellis Junior (JUNIOR, 1950, apud GOULART, 1961, p. 41): “talvez a estrada do Rio Grande a São Paulo tenha sido a rota de maior importância na História do Brasil, pois sem ela não teria havido o ciclo do ouro, não teria havido o do café e nem a unidade nacional teria sido elevada a cabo”.

Os paulistas estavam tão inseridos nessa nova atividade comercial dos animais provenientes da planície platina, que Goulart (1961, p. 55) destacou o fato do “tráfego de muares entre o extremo-sul e as regiões do centro constituir uma das maiores fontes de renda da província de São Paulo”. Segundo este autor, a Câmara da Província de São Paulo se beneficiava de dois impostos, um deles era cobrado em Curitiba, pertencente na época ao território de São Paulo, o chamado “direito de passagem”, que era proporcional ao número de animais; o outro recaía sobre os lotes vendidos na feira de Sorocaba, quando estes atravessavam a ponte que ligava os campos à estrada que os encaminhava para o centro da colônia.

O valor do comércio de muares e cavalo era elevado nos mercados de venda, mesmo após haver abundância de animais. Goulart informa que se pagava ao criador, por uma besta, de quatro a seis mil réis, e a mesma podia ser vendida em Minas Gerais ou Rio de Janeiro por quatorze a vinte mil réis. Como sabemos que grande parte desse comércio era feito por paulistas, muito desse lucro tinha como destino a Província de São Paulo.

Segundo Marcílio, o muar transformou-se no mais importante e praticamente o único meio de transporte da colônia meridional, incluindo aí as regiões mineiras, desde o início do século XVIII até a era da ferrovia. Segundo a autora, não só o preço dos animais estava em ascensão crescente desde o início do século XVIII, como todos os artigos de utilidade, como toucinho, aguardente, açúcar, panos, calçados, remédios, trigo, algodão, enxadas, sal, armas, azeite, vinagres entre outros, os quais eram mandados de todas as vilas paulistas para as Minas Gerais.

A evolução econômica pela qual passou a capitania de São Paulo na passagem de século XVII para XVIII gerou algumas mudanças sociais, conforme identificou Marcílio. A imigração atingiu não só a capitania de Minas Gerais, mas também a capitania de São Paulo, que resultou no aumento populacional, expresso pelos dados a seguir (Marcílio, 2000, p.172): no final do século XVII constituíam os paulistas 15.000 habitantes, em 1765 constituíam 78.855 e em 1880 constituíam 169.544; a agricultura aumentou em área e, conseqüentemente, em produção; diversificaram-se as profissões do setor secundário e o artesanato da região desenvolveu-se; constituía-se por

*“uns [que] se limitam a negócio mercantil indo à cidade do Rio de Janeiro buscar as fazendas para nela venderem; (...) outros [que] vão a Viamão buscar tropas de animais cavalares ou vacuns para venderem não só aos moradores da mesma cidade, como também aos andantes de Minas Gerais e exercitam o mesmo negócio vindo comprar os animais em São Paulo para ir vender a Minas Gerais e outros finalmente compram alguns efeitos na mesma capitania, como são os panos de algodão e açúcar e vão vender às minas” (Abreu, 1902, apud Marcílio, 2000, p. 177).*

Na tentativa de concluir a idéia do alto grau do desenvolvimento mercantil da vila de São Paulo –e, depois de 1711, cidade de São Paulo– e de seus arredores ao longo do período da mineração, transcrevo mais uma citação presente em Blaj (2002),

*“São Paulo possuía uma posição privilegiada para a comunicação com as diferentes regiões da colônia, para as quais enviava carne de porco defumada e salgada, vários tipos de cereais, caixeta de marmelada e principalmente açúcar. A localização de São Paulo, ligando Minas Gerais aos Campos do Sul do Brasil, permitia-lhe que se beneficiasse da corrente de gado bovino e muar, que procurava atender a demanda da região das Minas, carente de produtos alimentícios e meios de transporte. Formou-se em São Paulo [...] um Centro Comercial de amplas dimensões, destinado a suprir grande parte da colônia: Mato Grosso, Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e o interior da Capitania de São Paulo. O negócio do gado, do sal e das manufaturas européias constituíam atividades lucrativas, que atraíram para São Paulo grupos de pessoas que aqui se estabeleceram, pensando em desenvolver tais negócios” (Abud, 1978, apud Blaj, 2002, p. 262 – 263).*

A riqueza proveniente dos rentáveis negócios nos quais os paulistas estavam envolvidos se concentrava cada vez mais nas mãos de poucas famílias, assim como ocorria com a concentração de terras. Deste modo, percebe-se que a dinamização da economia paulista, com o início da atividade mineradora, gerou pequenas fortunas. O dinamismo dos negócios com a região das minas estimulou o aumento das requisições de sesmarias, as quais se localizavam em regiões mais afastadas, em pontos estratégicos segundo a atividade lucrativa do momento. Segundo Blaj, a lucratividade do comércio do gado fez com que muitas famílias pertencentes à elite paulista requeressem sesmarias ao longo do Caminho do Sul, particularmente em Curitiba. Do mesmo modo, muitas famílias requeriam sesmarias próximas às recém descobertas minas do Cuiabá. Nesse processo, aumentava-se as propriedades da elite paulista –pois o aceite era dado mediante o prestígio social do requerente– e a concentração de riquezas, conforme as terras se valorizavam.

Conforme Blaj, a concentração de riquezas nas mãos da elite paulista se reiterava por meio dos casamentos entre as poucas famílias com prestígio social –sendo elas provenientes da classe de proprietários de terra ou da classe dos comerciantes– ou mesmo entre parentes. Segundo a autora, os casamentos entre famílias de ricos comerciantes com grandes proprietários de terra, por um lado, beneficiavam o mercador, que obtinha parentes que pudessem investir em seus negócios, e, por outro lado, beneficiava a elite paulista, pois arregimentava mais riquezas, concentrando ainda capitais acumulados.

No fim do período da mineração, a realidade econômica e social da capitania de São Paulo nos mostra que ao longo de toda atividade mineradora, ou seja, ao longo do século XVIII, a economia paulista mais mercantilizada gerou, de um lado, concentração de riquezas pela elite paulistana –residentes na cidade de São Paulo–, e por outro, a fixação do poder político da mesma mantido por meio de uma rede de articulações com os órgãos oficiais. Nas palavras de Blaj, a

*“estrutura de parentesco, rede de solidariedade e de ajuda mútua, relações de vizinhança e de compadrio foram os mecanismos de acomodação de famílias e, ao mesmo tempo, a base de dominação da elite paulistana. Para as camadas pobres, a integração, a esta estrutura representou a sua fixação possível, mas significou também sua dependência” (Blaj, 2002, p. 207).*

No último quartel do século XVIII, a intervenção da Coroa na capitania de São Paulo, ao estabelecer a introdução da agricultura agroexportadora na região, não deslocou os agentes econômicos e políticos do lugar privilegiado que ocupavam na hierarquia social paulista, a despeito da inflexão da atividade econômica, que a partir de então se centralizou na produção da monocultura da cana-de-açúcar. Quando Holanda (1959) desenvolveu a idéia de que a sucessão do tropeiro pelo fazendeiro se fez sem violência ele se referia, creio eu, à manutenção da elite paulistana, que, guardada as proporções, estabeleceu-se desde o século XVII com as produções comerciais do trigo, e outros produtos comercializáveis.

Portanto, no fim do século XVIII, a agricultura comercial de exportação instalou-se na capitania de São Paulo, primeiramente com a produção majoritariamente da cana-de-açúcar e depois com a produção do café. Não temos a intenção de nos estendermos nessa nova fase da agricultura paulista, mais pelos limites de uma monografia e por falta de tempo em pesquisar as relações desse tipo de agricultura com as acumulações subseqüentes, e as possíveis dinâmicas do comércio interno, do que por falta de interesse.

Segundo Petrone, a região onde a produção de açúcar se desenvolveu mais densamente foi o quadrilátero formado por Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiaí, destacando-se a região de Itú e Campinas. Em Itú, em 1798, existiam 107 engenhos que produziam 64.809 arrobas, em 1880 a produção já chegava a 80.000 arrobas e em 1836, apesar a diminuição de engenhos, houve um incremento da produção, aumentando-a a 91.965 arrobas. Na mesma época, 1836, em Campinas, a produção chegava a 158.447 arrobas de açúcar e 7.399 canadas de aguardente. No entanto, nesse período já havia a introdução do café, que muito rapidamente tomou o primeiro lugar na produção agrícola da capitania.

Mesmo adentrando essa nova fase agrícola da capitania de São Paulo, tem-se relatos, por exemplo de Melo Castro e Mendonça, governador da capitania, segundo Petrone (1968), da existência de uma extensa lista de produtos agrícolas produzidos na região, dos quais a maioria destinava-se ao sustento da população da colônia, ou seja, ao comércio interno. Conforme o relato, produzia-se na região milho, feijão, arroz, mandioca, batata, frutas, etc., além da cana de açúcar, arroz, algodão, café, fumo, farinha de mandioca, e criavam-se porcos, bois, cavalos e bestas muares, reforçando o consistente comércio da capitania de São Paulo.

## Considerações finais

Antes de finalizar, devo reconhecer que ainda se apresentam lacunas tanto em relação a constituição da colônia, por exemplo, pelo simples fato de não ter comentado sobre os processos de produção voltado ao mercado interno, comercialização e acumulação endógenas nas regiões do norte da colônia, como lacunas em meu entendimento sobre a trama articulada de processos e agentes, por meio dos quais se deu a formação regional de São Paulo.

Como vimos, a colônia portuguesa apresentava uma estrutura que não se assentava apenas na agricultura agroexportadora e na dicotomia escravos-senhores, pertencia a essa estrutura as produções voltadas ao mercado interno e suas comercializações, e os agentes econômicos enriquecidos por meio dessas atividades, por exemplo, como vimos no caso das regiões de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Sul e mais atentamente na região de São Paulo.

Ao longo da formação regional de São Paulo a presença e o fortalecimento de uma elite paulistana –residente na vila de São Paulo e depois cidade de São Paulo– proveniente dessas atividades indica a presença de acumulações endógenas na região de São Paulo, que se iniciou em espaços imediatamente vizinhos à vila de São Paulo e foi se expandindo ao longo dos séculos.

Segundo a conceituação de Fragoso, acumulação endógena é o “movimento que diz respeito à reiteração, no tempo, das produções ligadas ao abastecimento interno. Esse movimento, por ser realizado em todas as suas etapas no espaço colonial, implicaria a retenção do seu trabalho excedente no interior da economia colonial” (FRAGOSO, 1998, p. 26 – 27). Sendo assim, percebe-se que o movimento que abarca as produções voltadas ao mercado interno realizadas no planalto paulista e suas comercializações, tanto no próprio espaço paulista como em outras regiões, gera uma acumulação interna, que é a retenção do valor do trabalho excedente no próprio local.

Esse valor retido no próprio local, que no caso é a região de São Paulo, é apreendido pelo fato do surgimento de uma elite paulista e seu crescente enriquecimento mediante as atividades de produção e comercialização dos gêneros de abastecimento.

Se não podemos afirmar com veemência –obviamente falta muita leitura e pesquisa– que o desenvolvimento econômico de São Paulo, que o fez despontar como região mais rica do Brasil, teve suas origens na sua formação colonial, pelo menos, nos aproximamos na hipótese formulada. A concretização de uma elite paulista enriquecida por meio de suas atividades econômicas está mais próxima à confirmação da hipótese do que a idéia de que a capitania de São Paulo estava imersa na inativamente econômica e na pobreza.

Outro ponto interessante a ser comentado decorre do esforço de aproximação entre a teoria de Sérgio Buarque de Holanda e Milton Santos, a fim de resgatar o valor geográfico da pesquisa. A imagem da sucessão do sertanista para o tropeiro e este para o fazendeiro desenvolvido por Holanda me remete a imagem do conceito de inércia dinâmica desenvolvida por Milton Santos, na medida em que em ambas a herança é tida como fator dinâmico na elaboração da conjuntura que a sucede. No primeiro caso, em Holanda, a imagem se constrói dentro da esfera social e econômica, desconectada da esfera espacial, a qual é resgatada pelo constructo teórico de Milton Santos.

Assim, para o caso do desenvolvimento regional de São Paulo, podemos entender que acompanhando cada arranjo sócio-econômico, seja naquele cuja atividade econômica era predominantemente a produção comercial do trigo, seja naquele cuja atividade central era

o tropeirismo, foi-se valorizando o espaço, como vimos, por exemplo, quando o tropeirismo tornou-se rentável aos paulistas e o espaço físico de atuação da economia paulista se ampliou. A valorização do espaço, decorrente dos arranjos sócio-econômico passados, por sua vez, irá propiciar novos arranjos sócio-econômico, nos aproximando ainda mais da hipótese de que a formação regional de São Paulo na colônia foi fundamental ao processo enriquecimento do Estado de São Paulo, como o conhecemos hoje.

## Bibliografia

- BLAJ, I. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681 – 1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.
- . *Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século xviii: o processo de sedimentação da elite paulistana*. In: *Revista Brasileira de História* [online], 1998, vol. 18, no. 36, p. 281 – 296. Disponível: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci—arttext&pid=So102-01881998000200012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci—arttext&pid=So102-01881998000200012&lng=en&nrm=iso)
- CARDOSO, C. F. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- CARDOSO, C. F. S.; Brignoli, H.P. *História econômica da América Latina – sistemas agrários e história colonial, economias de exportação e desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- FRAGOSO, J. L. *Homens de Grossa Aventura – acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790 – 1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.
- MONTEIRO, J. M. *Negros da terra – índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MARCÍLIO, M. L. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700 – 1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.
- NOVAIS, A. N. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808)*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. *A valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MORAES, A. C. R. *Bases da formação territorial do Brasil – o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- . *Ideologias geográficas – espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.
- PETRONE, M. T. S. *A Lavoura Canavieira em São Paulo – expansão e declínio (1765 – 1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova – da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004).
- ZEQUINI, A. *A fundação de São Paulo e os primeiros paulistas: indígenas, europeus e mamelucos*. In: *A formação do Estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra*. São Paulo: Imprensa oficial, 2004. (Coleção Terra Paulista)